

Formas, conteúdo e causa: uma proposta de interpretação marxista do fenômeno crise¹

Marcelo Dias Carcanholo²

“A inteligência humana não compreende a continuidade absoluta do movimento. As leis de um movimento qualquer só são inteligíveis ao homem quando lhe é dado examinar separadamente as unidades que o compõem. A verdade porém é que é desta divisão arbitrária do movimento ininterrupto em unidades isoladas que resulta ao mesmo tempo a maior parte dos erros humanos.” (Tolstoi)

Resumo

Este artigo procura entender os argumentos que relacionam o aparecimento das crises cíclicas com a queda da taxa de lucro, com a tendência da economia capitalista ao subconsumo, com o aparecimento de desproporções entre os departamentos da economia e com a versão específica de Moszkowska a respeito da superacumulação. O objetivo é mostrar que essas vertentes marxistas de explicação do fenômeno confundem a causa da crise com formas específicas de sua manifestação. Por último, propõe-se a diferenciação entre a identificação das formas de manifestação, a definição de seu conteúdo e a explicação da causa como formulação para uma teoria marxista das crises.

Uma grande parte das interpretações marxistas sobre a causa das crises³ confundiu esta última com formas específicas de manifestação do fenômeno. Essas interpretações se deixaram influenciar pela força da aparência do fenômeno crise, ao procurar a explicação para a sua causa,⁴ o que provoca o equívoco.

1 Este trabalho constitui uma versão resumida das conclusões obtidas em minha Dissertação de Mestrado. Para tanto ver Carcanholo (1996).

2 Mestre em Ciências Econômicas – Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ)/Professor Assistente – UFU. Departamento de Economia.

3 Trata-se aqui, da forma como entendia Marx, de crises cíclicas de superprodução.

4 Fine & Harris (1985: 91) perceberam isto quando afirmaram que “*con frecuencia, las teorías de las crisis existentes confunden las formas de las crisis con sus causas y ello generalmente ocurre porque se concentran en alguno de los fenómenos de las crisis con exclusión de los demás.*” Apesar de constatarem isso, os autores não demonstram essa afirmação.

Em particular, os autores que relacionam a queda da taxa de lucro com a causa da crise⁵ não percebem que qualquer problema de lucratividade já é um reflexo de um problema anterior de realização, isto é, a taxa de lucro, na fase descendente do ciclo, cai justamente porque a economia já está em crise, e não o contrário. A categoria lucro, em Marx, só se define quando o valor já produzido é realizado no processo de circulação. Assim, a taxa de lucro diz respeito ao montante de mais-valia que foi realizado para um dado volume de capital aplicado. Uma queda na taxa de lucro é resultado de algum problema na realização da mais-valia produzida e, portanto, já expressa alguma característica do modo de produção capitalista que o leva a recorrentes crises cíclicas.

A taxa de lucro, ao mesmo tempo que serve como propulsora da acumulação capitalista, tendo em vista que é nela que os capitalistas se baseiam para definir seus planos de investimentos, também é um resultado, um indicador, do mesmo processo de acumulação capitalista. Assim, uma taxa de lucro em queda, não só provoca uma retração dos investimentos, mas, antes disso, já expressa um problema de realização, já é uma consequência da crise. Por isso, a queda da taxa de lucro é uma forma na qual a crise se manifesta.

No entanto, isso não invalida a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Esta última continua tendo sua validade enquanto lei de tendência; a taxa de lucro *tende* a cair, na medida em que o trabalho morto *tende* a substituir o trabalho vivo dentro do processo produtivo. A lei da queda tendencial da taxa de lucro não implica que qualquer queda da taxa de lucro seja provocada por um aumento da composição orgânica do capital - a crise é um outro fator que provoca a queda da taxa de lucro - nem uma queda constante dessa taxa. O fato dessa taxa estar caindo, ou não, depende da predominância, ou não, das forças de tendência sobre as chamadas “contratendências”. Esse movimento de forças é que define o movimento da taxa de lucro.⁶

Desta maneira, os autores que relacionam a causa da crise com a queda da taxa de lucro confundem causa com forma de manifestação. Esta constatação não invalida em nada a lei da queda tendencial da taxa de lucro, que expressa a contradição entre o desenvolvimento ilimitado das forças

⁵ Castells (1978) e Strachey (1973), por exemplo.

⁶ Um estudo aprofundado da lei da queda tendencial da taxa de lucro e sua relação com a crise foi feito em Carcanholo (1996, cap. 1).

produtivas e a redução relativa, no processo produtivo, da parte do capital que gera valor, o capital variável. O que não se pode fazer é reduzir o comportamento cíclico da taxa de lucro, que também depende das condições de realização, à lei da queda tendencial da taxa média de lucro, que é consequência de uma contradição inerente ao processo de produção.

Outros autores, como Luxemburgo (1985) e Sweezy (1987) procuraram explicar a crise através da teoria subconsumista. Segundo esta, a economia capitalista enfrentaria problemas de realização por possuir uma tendência a não consumir tudo aquilo que produz, provocando a superprodução.

Em primeiro lugar, a hipótese do subconsumo inverte a relação de dependência entre acumulação e consumo. Segundo ela, o consumo determina a acumulação, na medida em que para se acumular qualquer quantia é preciso antes realizá-la. Embora a realização condicione o processo de acumulação, é este último que define a dinâmica capitalista. O modo de produção capitalista tem por fim a obtenção de um lucro cada vez maior; e isto só é obtido pela produção de um montante de mais-valia em constante crescimento, isto é, pela acumulação. O consumo (realização) não passa de uma condição, necessária, é bem verdade, mas não determinante.

Poder-se-ia argumentar que sem a realização do valor produzido, a acumulação não prossegue e, portanto, a hipótese do subconsumo seria verdadeira. Colocado desta forma, o processo de realização adquire relevância; ele faz parte, junto com o de produção, da unidade definida como processo de circulação do capital. No entanto, os defensores do subconsumo entendem esta hipótese como sendo uma insuficiência de demanda por bens de consumo finais, como se o capitalismo tivesse por fim último o consumo improdutivo. Acreditar que a lógica do capitalismo é a venda de bens de consumo finais é um equívoco. Para a lógica do capital, basta que seja realizado o valor produzido, não importando em que valor de uso se materializou. Seja meio de produção ou bem de consumo final, a realização do valor produzido é que condiciona a acumulação.

A hipótese do subconsumo procura resgatar a importância do processo de realização no estudo das crises. Mas, ao fazê-lo, ela acaba por reduzir o estudo apenas à análise das características próprias da esfera da circulação, quando a circulação do capital é uma unidade entre dois contrários: a produção e a circulação de mercadorias (mercado). Comete-se o mesmo erro que os autores que relacionam a causa da crise com a lei da

queda tendencial da taxa de lucro. A diferença entre as duas vertentes está no fato de que uma vertente prioriza um pólo da contradição, enquanto a segunda enfatiza o outro.

Por outro lado, quando uma situação de consumo insuficiente para realizar a produção se configura, a crise já está deflagrada; as circunstâncias inerentes ao modo de produção capitalista, que provocam essa situação, já se manifestaram e, portanto, a causa da crise também já se manifestou. Isto permite concluir que o subconsumo (consumo insuficiente para realizar a produção) é mais uma das formas em que a crise se manifesta. Assim, os autores que procuram explicar as crises por subconsumo cometeram a mesma falha: confundiram causa com forma de manifestação.

O mesmo equívoco é cometido pelos teóricos das desproporções.⁷ Eles afirmam que as crises são consequência da quebra das condições de equilíbrio (proporcionalidade) que, se estabelecidas, refletem a completa realização do valor produzido. Com este tipo de interpretação, a teoria das desproporções acaba por transformar em ponto de partida aquilo que é, na verdade, um resultado. As condições de equilíbrio se estabelecem depois que todo o processo de realização já se efetuou. Da mesma forma, percebe-se que essas condições de equilíbrio foram quebradas, definindo a desproporcionalidade, depois que o processo de realização já encontrou obstáculos, depois que já se configurou a crise. Poder-se-ia argumentar que, apesar de expressar-se após a crise, a desproporcionalidade já estaria engendrada antes de se manifestar. Entretanto, ela não pode aparecer fortuitamente; deve ser provocada por algo que, em última instância, seria o responsável pelos problemas de realização. Assim sendo, as desproporções tampouco podem ser consideradas causadoras da crise, pois representam uma forma de manifestação das mesmas.

A teoria da superacumulação, da forma como apresentada por Moszkowska (1978, 1979), por sua vez, acredita resolver o problema da explicação da crise ao afirmar que esta, no modo de produção capitalista, é de superprodução de mercadorias e de capital. Segundo esta autora, o consumo produtivo poderia substituir o consumo direto, durante um certo tempo, para cobrir a insuficiência de demanda que caracteriza a crise. No entanto, esse consumo produtivo encontraria um limite nas reservas de força de trabalho. Quando estas começassem a se esgotar, estaria definida a

7 Hilferding (1985) e Tugán-Baranovsky (1978).

superacumulação que, segundo ela, é a causa da crise. A acumulação desenfreada provocaria os problemas de realização e lucratividade. Esse argumento parece correto, mas não resolve o problema da explicação da causa da crise. Dizer que as crises são de superacumulação não é o mesmo que afirmar que elas são *provocadas* pela superacumulação. A situação de superacumulação de capital – impossibilidade de um capital se valorizar à mesma taxa que antes – se define quando as circunstâncias que provocam a crise já atuaram, de forma que a superacumulação é um estado, uma característica, uma forma que a crise encontra para se manifestar.

Por tudo isso, pode-se concluir que estas interpretações marxistas cometeram o mesmo tipo de erro: apontaram formas particulares de manifestação da crise como a sua causa.

Se isto é verdadeiro, qual é a alternativa? Que solução pode, então, ser apontada para o problema da identificação da causa das crises no modo de produção capitalista?

A proposta de síntese

A alternativa mais imediata que se apresenta é a da síntese. Fine & Harris (1985) afirmaram que, geralmente, a confusão entre causa e forma de manifestação da crise ocorre porque os autores se concentram em alguns dos fenômenos das crises, com exclusão dos outros. Logo, a solução para o problema estaria na análise de todos os fenômenos que compõem a crise.

É neste sentido que Weisskopf (1978) propõe uma síntese entre três interpretações: a lei da queda tendencial da taxa de lucro, o subconsumo e o esgotamento do exército industrial de reserva, que é o cerne do argumento da superacumulação na versão de Moszkowska. Ele propõe a seguinte composição para a taxa de lucro, que é, segundo ele, o melhor parâmetro para se diagnosticar uma crise:

$$(1) \pi/k = \left(\frac{\pi}{y}\right) \left(\frac{y}{z}\right) \left(\frac{z}{k}\right)$$

onde: π = massa de lucros
 y = renda nacional

k = estoque de capital
 z = produto potencial

Dessa maneira, a relação π/k representaria a taxa de lucro, π/y a participação dos lucros e, portanto, dos salários na renda, y/z a relação entre a renda (demanda) e o produto potencial, e z/k a produtividade a longo prazo do capital.⁸

Então, o comportamento da taxa de lucro, incluindo sua natureza cíclica, seria explicado pela lei da queda tendencial da taxa de lucro, relacionado com a produtividade do capital (z/k), pelo subconsumo, relacionado com o déficit de consumo (y/z), e pelo esgotamento do exército industrial de reserva, expresso em (π/y). Assim, a explicação das crises estaria relacionada com vários aspectos do fenômeno, fugindo do reducionismo e, conforme argumentaram Fine & Harris, evitando a confusão entre causa da crise e formas de manifestação.⁹

A proposta de Mandel é bastante parecida. Segundo ele, a principal falha das teorias tradicionais é procurar uma explicação “monocausal” para as crises, o que as impediria de vincular os problemas da realização do valor produzido com os da queda da taxa de lucro e da superacumulação. Isto impediria a formulação de uma teoria marxista global e satisfatória das crises.¹⁰

Como a crise, no modo de produção capitalista, é o desdobramento de todas as contradições do sistema, uma teoria da crise deveria englobar todas essas contradições, ou como afirma Mandel, deveria ser “multicausal”. Desta forma, para o autor, a causa da crise estaria tanto na lei da queda tendencial da taxa de lucro, como no subconsumo, nas desproporções e na superacumulação. Essa conclusão de Mandel parece se respaldar no

8 Vale ressaltar que a noção de produtividade do capital é completamente estranha à teoria de Marx.

9 Pereira (1986) possui a mesma interpretação: “Não há razão, portanto, para pensar que as teorias marxistas sobre o ciclo sejam exclusivas ou alternativas. Elas estão presentes na obra de Marx exatamente porque podem ser consideradas de forma dialética. Podemos pensar nelas concomitantemente, desde que entendamos o seu relacionamento e estabeleçamos uma lógica para seu encadeamento.” (p. 197).

10 Sobre isto, veja-se Mandel (1980: 227). A idéia de Mandel também fica explícita quando, ao expor algumas interpretações marxistas sobre a crise, ele afirma: “*Elementos de una teoría correcta de las crisis capitalistas están, desde luego, presentes en las três explicaciones monocausales que acabamos de esbozar*” (Mandel, 1985a: 201 – Itálico original). O argumento também é claro em Mandel (1985b, cap. 1; 1969, v. 1, cap. 11).

“princípio metodológico da totalidade”, que caracteriza o método marxista. Como afirma Lefebvre:

“Com efeito, a causa de um fenômeno qualquer só pode ser o devir do mundo em sua totalidade ... se todo fenômeno faz parte de um universo, de uma interação universal, então é inútil buscar-lhe *uma* causa.” (1991: 198 – Itálico original).

Assim, a explicação para o fenômeno crise só poderia estar em sua totalidade, enquanto característica de um todo maior, o modo de produção capitalista.

Essas tentativas de síntese de várias interpretações, para a elaboração de uma teoria marxista da crise, não passam de uma bem intencionada proposta. Ao empreender este tipo de tentativa, está fazendo-se, no máximo, uma “multiconfusão”. Se essas interpretações marxistas tinham, como principal equívoco, a confusão entre determinadas formas de manifestação da crise e sua causa, uma síntese dessas interpretações só conseguiria definir um conjunto de formas de manifestação da crise. Mas, permaneceria o problema: qual é a sua causa?

É verdade que a observação das formas de manifestação do fenômeno crise deve ser um dos empreendimentos de uma teoria marxista da crise. O que não se pode fazer é confundir esta etapa com a da explicação causal do fenômeno. Neste sentido, uma teoria marxista da crise poderia ser elaborada se fossem identificadas a causa da crise e suas formas de manifestação, ou como dizem Fine & Harris (1985: 91): “*El estudio de la acumulación cíclica es una doble empresa: es el estudio de las formas y las causas de las crisis.*”

No entanto, isto ainda é insuficiente. Como é possível estudar o porquê de um fenômeno e como ele se apresenta, sem antes defini-lo? O estudo da crise fica impossibilitado sem uma anterior definição do objeto de estudo, sem entender o que é a crise, ou seja, o seu conteúdo.

Uma teoria marxista da crise deve, portanto, realizar três tarefas. A partir da observação de suas formas de manifestação, definir a sua constituição, isto é, o seu conteúdo e, em seguida, descobrir aquilo que determina essa constituição e a natureza desse fenômeno, ou seja, sua causa.

Conteúdo do fenômeno

A primeira questão a ressaltar sobre o que é crise refere-se ao fato dela ser o resultado do desenvolvimento das contradições inerentes ao modo

de produção capitalista. A crise é o momento de explicitação das contradições da economia capitalista, enquanto unidade de contrários. Os opostos procuram se apresentar sob uma forma independente, agudizando a contradição. A unidade entre esses opostos só é reafirmada através da crise; as crises resolvem, por um momento, as contradições imanentes ao modo de produção capitalista, mas não as suprimem.¹¹

Dessa forma, “as crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado” (Marx, 1988, v. 4: 179).

Esse restabelecimento da unidade nada mais é do que a reposição das condições para uma nova acumulação. A crise eclode porque os processos de produção do valor e de realização do mesmo explicitam suas contradições, fazendo com que a economia entre em uma fase de retração. As próprias conseqüências da crise – redução de preços, inovações induzidas pela concorrência, queda de salários e reconstituição do exército industrial de reserva, desvalorização do capital em todas suas formas, etc. – garantem condições para um novo processo de acumulação, para a retomada. Daí o caráter cíclico da crise.

Pode-se, portanto, em uma primeira observação, definir a crise como o momento de irrupção da contradição e, ao mesmo tempo, de reafirmação da unidade entre esses pólos contrários: produção e realização. Como afirma Lefebvre:

“Onde for possível captar o processo, na vida, na sociedade, no pensamento, podemos reservar o nome de *opostos* para os elementos cuja contradição conserva-se em estado latente e não passa de uma diferença ‘aguçada’...; o nome de ‘*contrários*’ para as forças que já se encontrem em luta surda, cuja *contradição* amadurece...; e, finalmente, o nome de contradição propriamente dita para o momento de crise, quando o movimento se precipita, tendo em vista que a resolução (o salto) aproxima-se inevitavelmente numa tensão extrema...” (1991: 195 – Itálico original).

Esta primeira observação não consegue, entretanto, definir com precisão o conteúdo do fenômeno crise. Ela não permite identificar concretamente as características do fenômeno.

11 Wolff (1978: 48) afirma que “...*Marx speaks of the unity of production and circulation, of extracting surplus value and of realizing. Crisis is finally the disruption of the unity, the disruption of accumulation*” (Itálico original). No entanto, a crise não é apenas a ruptura da unidade, mas também uma conseqüência da mesma, isto é, a própria (re)afirmação da unidade dos contrários. O próprio Wolff acaba reconhecendo isto, quando diz mais adiante: “*For Marx, unities produce disunities which produce reunifications: accumulation produces crisis which recommences accumulation*” (Wolff, 1978: 48).

Para evidenciar o fundamento da crise basta demonstrar que o capital implica uma limitação particular da produção, que se contrapõe com a tendência geral da superação de suas próprias barreiras (Marx, 1972, v. 1: 287).

O modo de produção capitalista possui a tendência de expandir ilimitadamente a produção de mercadorias, tendência geral de superar suas próprias barreiras. As mesmas leis, que produzem esta potencialidade, criam um consumo potencial em abundância mas, ao mesmo tempo, impossibilitando-o de realizar a produção. Produção ilimitada de mercadorias, consumo abundante e barreiras para que o último realize a primeira, tudo isto provocado pelas mesmas leis, pela dinâmica do capitalismo, este é o conteúdo do fenômeno crise.¹²

O modo de produção capitalista se caracteriza por uma reprodução ampliada, isto é, os capitalistas acumulam uma fração da mais-valia, de forma que o valor total produzido tende a se expandir. Para que essa acumulação se processe, é necessário que uma quantidade crescente de meios de produção seja produzida e, além disso, que a oferta de força de trabalho seja ampliada. Esta última é garantida pelo próprio processo de acumulação que, ao substituir trabalho vivo por trabalho morto, elevando a composição orgânica do capital, cria um exército industrial de reserva. Além disso, o crescimento do mercado de força de trabalho induz um aumento constante de bens de consumo. Desta maneira, conclui-se que a economia capitalista tem, em sua própria essência, a característica de expandir ilimitadamente a produção.

Poder-se-ia argumentar que o limite natural dessa expansão da produção é o mercado, o consumo. Contudo, o consumo de meios de produção não faz com que seus valores desapareçam do mercado, embora seus valores de uso sejam transformados no processo produtivo. O valor dos meios de produção é transferido para um outro valor de uso, para uma outra materialidade, resultado do processo produtivo. Assim, o consumo dos meios de produção não elimina a circulação dos seus valores no mercado, apenas modifica o corpo material em que eles se incorporam. O consumo do valor de uso da força de trabalho também não resolve o problema, já que não só ele reproduz um valor equivalente ao valor da força de trabalho, como

¹² Para um tratamento muito mais rigoroso do caráter necessário da crise, no modo de produção capitalista, e de seu conteúdo, veja-se Ribeiro (1988, ponto 2.3).

possibilita a produção de um valor a mais, a mais-valia. Logo, o consumo do valor de uso da força de trabalho não estabelece limites para a produção ilimitada. Ele tende a expandir ainda mais essa potencialidade de produção ilimitada.

Não bastasse isso, o motor da acumulação do capital também se caracteriza pela concorrência entre os capitais para auferir um lucro extraordinário. Para tanto, os capitalistas procuram aumentar a produtividade, o que eleva o número de valores de uso produzidos e reduz o valor de cada mercadoria produzida. Isto obriga os capitalistas a lançarem no mercado um número cada vez maior de valores de uso, para realizar o mesmo montante de valor que realizavam antes.

Assim, do ponto de vista do consumo produtivo, o capital lança no mercado mais valor do que dele retira e em número crescente de valores de uso. Por essas razões, a economia capitalista produz uma quantidade crescente de mercadorias.

A solução estaria no consumo direto, poderiam argumentar alguns teóricos baseados nas teses subconsumistas. Entretanto, se o consumo pessoal retira do mercado bens de consumo, por outro lado, lança no mesmo mercado uma outra mercadoria, a força de trabalho.

Quando o capital se separa em capital-propriedade e capital-função, cria-se uma nova mercadoria: a mercadoria-capital.¹³ Esta mercadoria possui o valor de uso de criar um excedente, criar mais-valia. O possuidor empresta a mercadoria, geralmente sob a forma de dinheiro, pois está interessado em seu valor e não em seu valor de uso, para poder receber uma parcela do excedente que esse capital produzirá. São os juros. O emprestador compra essa mercadoria com o intuito de transformá-la em capital-produtivo, produz um valor acrescido de mais-valia, para depois pagar o empréstimo acrescido de juros e, ainda assim, auferir um lucro no final do processo. Essa relação entre o proprietário da mercadoria-capital (capital-propriedade) e o capitalista que irá empregá-la na produção (capital-função) define um novo mercado: o mercado de capitais.

O importante a destacar é que esta mercadoria especial, assim como a força de trabalho, possui o valor de uso de produzir mais-valor. Portanto, esta mercadoria especial não desaparece no consumo. Ao contrário, ela se amplia.

¹³ Marx trata disto em *O Capital* (livro 3, cap. 21-24).

De uma forma ou de outra, conclui-se que o modo de produção capitalista tende a produzir mercadorias ilimitadamente, tanto em termos de valor como de valor de uso.

Por outro lado, o mesmo modo de produção capitalista faz crescer o número de consumidores, ao ampliar a relação de trabalho assalariado, o que expande o mercado de bens de consumo, e ao obrigar os capitalistas a acumularem, seguindo as necessidades do capital, ampliando o consumo produtivo.

Desta forma, o processo de acumulação do capital, ao mesmo tempo em que produz um número crescente de mercadorias, gera também um número crescente de consumidores diretos, tendo em vista o aumento da massa salarial, e de consumidores produtivos, dado o incentivo à ampliação dos investimentos.

Entretanto, as mesmas leis que levam a uma produção ilimitada de mercadorias e geram um consumo potencial abundante produzem barreiras para que esse consumo realize a produção.

A valorização do capital só se confirma se, depois da venda das mercadorias produzidas, for obtido um montante de dinheiro superior ao inicial, isto é, se o capital lançar na circulação mais valor do que dela retira, desde que ele consiga realizar este valor. A taxa de lucro que expressa essa valorização é a relação entre o excedente produzido (m) e o montante de capital aplicado ($c+v$). Desta forma, a taxa de lucro será tanto maior quanto maior for a diferença entre o valor ofertado pelo capital ($c+v+m$) e o valor que ele demanda no mercado ($c+v$), definindo uma limitação da própria capacidade de consumo do capital.

Mesmo que esse excedente seja ele todo consumido produtivamente, viu-se que isso não resolve o problema da superprodução. Ao contrário, ele potencializa a capacidade ilimitada de produção, agravando o problema, já que esse consumo produtivo implica, posteriormente, maior capacidade produtiva.

Do lado do consumo pessoal, as leis de funcionamento da economia capitalista também restringem o consumo. Como o crescimento da taxa de mais-valia é a característica do sistema, a parcela referente aos salários vai participando cada vez menos do trabalho novo produzido ($v+m$). Portanto, a parcela referente ao consumo dos trabalhadores tende a possuir uma participação menor nos rendimentos. Além disso, a acumulação do capital se caracteriza por uma elevação de sua composição orgânica, o que implica um

decrécimo relativo da parcela que gera a renda dos trabalhadores. Por último, o aumento da produtividade no setor de bens-salário reduz o valor da força de trabalho, diminuindo os salários e restringindo o consumo pessoal. Logo, tanto no consumo produtivo quanto no pessoal, as leis que regem o modo de produção capitalista restringem o consumo, impedindo os abundantes consumidores de realizarem uma produção cada vez mais alta. É isto que faz com que a crise seja algo inerente ao sistema; é isto que define o conteúdo do fenômeno crise.

Causa e formas de manifestação da crise

Uma vez definido o conteúdo do fenômeno, pode-se explicitar qual é a causa da crise, sabendo que isto não se restringe à simples observação das formas que a crise apresenta.

Viu-se que a crise é conseqüência da contradição entre as condições de produção e as condições de realização. Quando a economia capitalista tende a desenvolver o processo de produção de valor ilimitadamente, sem conseguir realizar esse valor, a crise aparece. A acumulação não pode se dar descolada das condições de realização. Quando a contradição entre o processo de produção e o de realização se exacerba, a unidade entre os dois pólos da contradição é reafirmada pela crise.

Como afirma Marx:

“Si aparecieran disociadas sin entremesclarze en unidad, no sería posible, en efecto, restablecer su unidad por la fuerza, no podría darse la crisis. Si formasen una unidad, sin desglobarse, no sería posible desglosarlos por la fuerza, lo que, a su vez, es la crisis. [Ésta] es el restablecimiento por la fuerza de la unidad entre [momentos] sustantivados y la sustantivación por la fuerza de momentos que esencialmente forman su unidad.” (Marx, 1980: 472).

A acumulação do capital se desenvolve a partir de uma unidade de contrários, formada pelas condições de produção e pelas condições de realização. Se elas formassem apenas uma unidade, o processo de acumulação de capital se desenvolveria sem percalços. Se, ao contrário, elas fossem dissociadas, não haveria como estabelecer uma unidade, por definição, ou seja, não haveria crises. É justamente porque os dois processos formam uma unidade de contrários que a crise cíclica é uma característica da acumulação de capital.

A unidade entre os dois processos é de simples constatação. Uma vez produzido o valor, é necessário que o mesmo seja realizado, para que, posteriormente, possa ser acumulado, dando início a um novo processo produtivo. Portanto, para que a acumulação do capital se processe, o valor tem que percorrer tanto a esfera produtiva quanto a da circulação. Por outro lado, um mesmo capital não pode estar no processo produtivo, gerando valor acrescido de mais-valia e, ao mesmo tempo, realizando esse valor. Ou ele está produzindo, ou está realizando; ele não pode fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Essa divergência entre as condições de produção e as da realização define a contradição.

Sobre isto, Marx afirma que:

“As condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas também conceitualmente. Uma são limitadas pela força produtiva da sociedade, outras pela proporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Esta última não é, porém, determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo; mas pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só modificável dentro de limites mais ou menos estreitos. Além disso, ela está limitada pelo impulso à acumulação, pelo impulso à ampliação do capital e à produção de mais-valia em escala mais ampla.” (1988, v. 4: 176).

A crise é realmente uma consequência do caráter contraditório que é inerente ao sistema capitalista. Ela aparece porque o único mecanismo que esta sociedade possui para regular as condições da produção aparece a posteriori, depois que o capital já saiu do processo produtivo. Este mecanismo é o processo de circulação de mercadorias - o mercado. Não se pode antever se uma dada produção, com determinada técnica de produção, condições de trabalho, custos de produção, etc., é socialmente desejada ou não. Quando essa produção chegar ao mercado, isto é, depois de produzida, é que se obterá a resposta. Qualquer descompasso e tem-se a crise. Isto fornece uma possibilidade real de aparecimento das crises.¹⁴

O capital, quando percorre todo o seu processo de circulação, que engloba produção e circulação de mercadorias, não tem como objetivo satisfazer as necessidades sociais, mas satisfazer os seus anseios de apropriação de lucro. Por isso, há sempre divergências entre a limitação do

¹⁴ A necessidade desse aparecimento foi demonstrada quando da definição do conteúdo do fenômeno crise. As mesmas leis que levam a uma produção ilimitada e criam consumidores abundantes, ao mesmo tempo, geram barreiras para a concretização desse consumo.

consumo e o caráter ilimitado da produção. O objetivo de apropriação de lucro decorre da propriedade privada dos meios de produção, que definem um capitalista condicionado ao movimento do capital.

A crise nada mais é do que a conseqüência violenta da contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista. *A causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra.* Esta contradição, que se encontra na essência do modo de produção capitalista, é o que explica a irrupção de crises no processo de acumulação de capital.

Será que esta descoberta não entra em conflito com o “princípio da totalidade”, explicitado por Lefebvre e citado no início? Segundo aquele princípio, seria inútil procurar *uma* causa para um fenômeno que faz parte de uma totalidade. A explicação para este fenômeno estaria na totalidade, o modo de produção capitalista, no caso específico deste estudo, e não em uma causa, a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação.

É preciso deixar claro que essa contradição que explica as crises não é qualquer uma. Ela está na essência do funcionamento do sistema. Ela engloba todas as outras contradições, entre valor e valor de uso, entre produção e consumo, entre o desenvolvimento das forças produtivas e a menor participação da força de trabalho na produção, na anarquia da produção, na desproporção entre os departamentos, etc. Nesse sentido, a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação é uma totalidade. Trata-se de uma totalidade das contradições do sistema. *Como as crises são desdobramentos dessas contradições, conclui-se que essa contradição fundamental é a causa das crises.*

Com tudo isto, possui-se uma diretriz para a formulação de uma teoria marxista das crises. A partir da análise das formas de manifestação da crise, erroneamente apontadas como causas, identificou-se o conteúdo do fenômeno e descobriu-se a sua causa. É, principalmente, a existência de múltiplas formas que torna impossível o estabelecimento de uma teoria marxista das crises fechada e acabada. A cada momento, a crise pode

encontrar novas formas de se manifestar, o que torna necessária a constante reavaliação das potencialidades da crise cíclica.¹⁵

O que se tem de conclusivo é que as crises cíclicas são provocadas pelas próprias leis de funcionamento da economia capitalista e, portanto, são inerentes a este modo de produção. Qualquer tentativa de pensá-lo sem as crises não passa de apologética. Podem existir alguns períodos, como o pós-guerra por exemplo, em que as crises tenham se manifestado com menos violência,¹⁶ ou em que suas formas de manifestação não fossem conhecidas pelos teóricos, como parece ser o exemplo das crises de estagflação da década de 70, mas não se pode afirmar nem que as crises tenham acabado, e nem que elas não façam mais parte da realidade capitalista.

Justamente pelo fato das crises serem inerentes ao funcionamento da economia capitalista, é que o estudo da teoria de Marx se torna relevante. Nesse sentido, a reavaliação do debate clássico sobre as causas da crise assume um papel fundamental, para que as formas em que o fenômeno se apresenta não sejam mais confundidas com a sua causa, e para que fique claro que a explicação da crise deve passar necessariamente por três momentos: observação das formas, definição do conteúdo e explicitação da causa.

Bibliografia

CARCANHOLO, M. D. *Causa e formas de manifestação da crise; uma interpretação do debate marxista*. Rio de Janeiro: UFF, 1996. (Dissertação, Mestrado).

CASTELLS, M. *La teoría marxista de las crisis económicas y las transformaciones del capitalismo*. México: Siglo XXI, 1978.

FINE, B., HARRIS, L. *Para releer "El capital"*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

¹⁵ Para uma proposta de entendimento das novas formas de manifestação da crise, a partir da década de 70, veja-se o excelente estudo de Mendonça (1990).

¹⁶ Isso pode ser consequência até de mecanismos que a sociedade encontre para "regular" os efeitos da crise.

- LEFEBVRE, H. *Lógica formal/Lógica dialética*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital; contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).
- MANDEL, E. *Tratado de economía marxista*. México: Ediciones Era, 1969. 2v.
- _____. *La crisis 1974-1980; interpretación marxista de los hechos*. México: Série Popular Era, 1980.
- _____. *El Capital; cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. México: Siglo XXI, 1985a. (Biblioteca del Pensamiento Socialista).
- _____. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. (Os Economistas).
- MARX, K. *Fundamentos de la crítica de la economía política*. Madrid: Ed. Comunicación, 1972.
- _____. *Teorías sobre la plusvalía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980. 3v.
- _____. *O capital; crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 5v.
- MENDONÇA, A. *A Crise econômica e sua forma contemporânea*. Lisboa: Editorial Caminho S.A., 1990.
- MOSZKOWSKA, N. *Contribución a la crítica de las teorías modernas de las crisis*. México: Ediciones Pasado y Presente, 1978.
- _____. *El Sistema de Marx; un aporte para su construcción*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1979.
- PEREIRA, L. C. B. *Lucro, acumulação e crise; a tendência declinante da taxa de lucro reexaminada*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RIBEIRO, N. R. *A acumulação do capital no Brasil; expansão e crise*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia, dez. 1988. (Dissertação, Doutorado).
- STRACHEY, J. *Naturaleza de las crisis*. México: Ediciones El Caballito, 1973.
- SWEEZY, P. M. *Teoría del desarrollo capitalista*. 13 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- TUGÁN-BARANOVSKY, M. I. Estudios sobre la teoría e historia de las crisis comerciales en Inglaterra. In: COLLETTI, L. (Org.). *El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo*. México: Siglo XXI, 1978. (Biblioteca del Pensamiento Socialista).

WEISSKOPF, T. Marxist perspectives on cyclical crisis. In: U. S. CAPITALISM in crisis. s.l.: The Union of Radical Political Economics, 1978.

WOLFF, R. D. Marxian crisis theory; structure and implications. *Review of Radical Political Economics*, v. 10, n. 1, 1978.